

Reinaldo e o tempo de um jogo infinito

Reinaldo and the Time of an Infinite Match

Luis Maffei

Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, Brasil
Doutorado em Letras, UFRJ
luismaffei@id.uff.br

RESUMO: A final da Taça de Ouro de 1980, que terminou com a vitória do Flamengo por 3 a 2 sobre o Atlético, é um jogo infinito, que nos abre veredas para muitas reflexões. Em primeiro lugar porque foi uma partida polêmica, em virtude da expulsão de Reinaldo, o principal jogador de um Atlético brilhante, sem justificção clara. Além disso, a ligação do Flamengo, a partir do final dos anos de 1970, com o regime militar brasileiro faz com que existam claras analogias entre aquele momento histórico e o atual. Este ensaio se dedica a pensar esses aspectos, mas, acima de tudo, investiga uma interseção entre imagem e memória: enquanto as imagens técnicas daquela partida a situam num passado, de algum modo, perfeito, sua lembrança a infla de contemporaneidade. O ensaio tocará a noção de tempo e duração de Henri Bergson e a reflexão de Susan Sontag sobre fotografia.

PALAVRAS-CHAVE: Taça de Ouro de 1980; Política; Tempo; Memória; Imagem.

ABSTRACT: 1980 Brazilian football championship had Flamengo 3x2 Atlético as a final match, that was born to infinity and opens many ways to reflection. First of all, the game was polemical: Atlético's best player, Reinaldo, was excluded, without clear reason. Besides, Flamengo kept liaison with military regime in power in Brazil in those days, and that allows many analogies with present time, politically speaking. This essay intents thinking these problems, but, above all, explores an intersection between image and memory: while technical images of that match place it in a kind of perfect past, its memory can fill it of a major contemporaneity. The paper touches Henri Bergson's notion of time and duration, as well Susan Sontag's reflection about photography.

KEYWORDS: 1980 Brazilian Football Championship; Politics; Time; Memory; Image.

O Atlético voltou a ser campeão brasileiro em 2021, depois de 50 anos. Entre 1971 e 2021, muita coisa aconteceu na vida do Galo, do futebol brasileiro, do país, do mundo. No entanto, o encontro entre um número redondo e a memória faz a festa da festa, quer dizer, enfia o tempo onde o tempo sempre esteve, sempre está – numa redondez que entorpece a linearidade do calendário. Esse número, 50, age como uma espécie de suplemento estético à vitória, um *a mais*, uma dobra. Então, é de tempo que se fala quando se fala desse título atleticano, do outro, dos 50 anos entre os dois, de todas as experiências entre um e outro, inclusive a que motiva este texto. Em 1971, o gol do Dario é retrato da taça, aquela cabeçada no Maracanã, contra o Botafogo. Lembro-me do celeberrimo encerramento de “Nueva refutación del tiempo”, o ensaio de Borges: “El tiempo es la sustancia de que estoy hecho. El tiempo es un río que me arrebató, pero yo soy el río; es un tigre que me destroza, pero yo soy el tigre; es un fuego que me consume, pero yo soy el fuego”.¹

Borges não gostava de futebol, tema que passou longe de sua pena.² Tampouco gostava de política, e disse muita coisa controversa nesse universo. Quem gosta de futebol e de política é Reinaldo, maior centroavante da história do Atlético, que comemorava seus gols com aquele punho erguido que até hoje é inspirador – punho Black Panther, antirracista, antifascista, rebelde, em plenos 1970. O tempo é a substância que nos compõe; logo, quando fazemos um gol, ou celebramos um, de outrem, para o nosso time, é o tempo que anota o tento, e seguimos na aventura de sermos, nós próprios, o Cronos que nos dá e tira a vida: o fogo que alenta e arrasa, o tigre que seduz e arruína. Somos Cronos de nós mesmos, inclusive porque somos o Cronos da experiência de tempo de quem é, para nós, o nosso tempo. Quero dizer que a experiência amorosa só é amorosa se feita no tempo, e, portanto, de tempo. Por isso é que, para nossos amores, o tempo estampa nossos rostos, e, para nós, o tempo vibra nos olhos, mãos e tudo de quem amamos. Entre os amores nossos, claro,

¹ BORGES. *Obras completas II*, p. 148, 149.

² Não me esqueço do conto “Esse est percipi”, escrito por Borges em parceria com Bioy Casares, que voltou às rodas com a pandemia da covid-19. No relato, mais absurdo que fantástico, escrito pelo fictício H. Bustos Domecq, não existe futebol, apenas o relato do futebol, no rádio, ou sua encenação para as câmeras – foi a ausência de gente nas arquibancadas que trouxe o conto de novo à baila, em 2020. Se Bioy, amante dos esportes, pode ter imaginado esse cenário como apocalíptico, Borges o teria achado divertido.

está o futebol, estão clubes de futebol que levamos em nossos fígados, corações e cabeças.

Este texto começa em Reinaldo e passa, logo, pelo Atlético, especialmente por uma razão. Houve um programa de tevê, há alguns anos, chamado “Jogos para sempre”, exibido pelo canal pago Sportv. Em cada episódio, um jogo específico era relembrado, revivido, por um dos jogadores que o protagonizou. Ainda que, por vezes, o entrevistador não conseguisse ajudar a recuperar o drama do jogo em questão, a ideia, muito boa, gerou programas bonitos. O mais bonito deles contemplou o segundo jogo da final da Taça de Ouro de 1980, o campeonato brasileiro daqueles tempos. O convidado foi Reinaldo. Todos sabemos o que foi aquele jogo, o que ele pôs em jogo, o que desvelou. O 3 a 2 sobre o Atlético era o primeiro passo nacional, depois de alguns estaduais, no processo de transformação do Flamengo, durante o começo do definitivo fim do regime militar, no time oficial do poder, mesmo que um general ou outro pudesse torcer, por exemplo, para o Fluminense, como João Baptista de Oliveira Figueiredo, ou para o Botafogo, como Ernesto Beckmann Geisel.

Digo de passagem que um dos sabores mais saborosos de o Atlético ser campeão do Brasil em 2021 tem a ver justamente com o momento histórico que vivemos. Testemunhamos, recentemente, uma infeliz coincidência, um tanto inesperada, como tanta coisa atualmente: o Flamengo reassumiu um lugar de destaque no futebol brasileiro, conseguiu um elenco eficaz e vários títulos, paralelamente à chegada ao poder de Jair Bolsonaro, agente de um governo de extrema direita. Caricatura pálida, risível, ainda que perigosíssima, dos generais, Bolsonaro não esconde de ninguém que torce pelo Palmeiras, tampouco que abraçou o Botafogo como segundo time quando se mudou para o Rio de Janeiro, mas adotou o Flamengo como time do (seu) governo. Claro que Bolsonaro não tem qualquer apreço pelo futebol, ainda que muitos jogadores tenham apreço por ele. O ex-tenente defenestrado pelo exército é um colecionador demagógico de uniformes, o que desrespeita os torcedores dos clubes cujos trajes ele envergonha ao envergar. A beleza extra do título atleticano vem disso: com Bolsonaro no poder, qualquer derrota do Flamengo é um derrotinha dele, quer dizer, pelo menos uma não vitoriazinha dele. Insignificante, claro, contudo agradável, não pelo Flamengo, que

não me interessa ver perder ou ganhar, mas pelo que representa essa aliança entre futebol e (a faceta mais nefanda da) política nos dias de hoje – a propósito, a aliança é entre futebol, política suja e neoliberalismo, pois sem este não haveria Flamengo *nouveau riche* nem governo Bolsonaro. E os donos da grana, sabemos, usam os homens de farda sempre que é preciso – desde 1964, a ameaça comunista é um blábláblá que, oportunamente, une brancos colarinhos a botinas bem lustradas.

Naquele começo de junho do último ano dos 1970, ou o primeiro dos 1980, quem estava no poder era Figueiredo, o último dos generais, que gostava do Flu, amava cavalos e detestava contato humano. A ditadura militar, ou melhor, civil-militar, já dava sinais de cansaço, mas sabemos como o começo dos fins pode ser perigoso em repúblicas de assassinos – exemplo escandaloso disso é o atentado a bomba no Riocentro, em 1981. O título nacional do Atlético fora em 1971, nove anos antes, período ainda mais terrível da ditadura no Brasil, parte de seu ápice, com Médici no poder e muitos torturadores à solta, Sérgio Paranhos Fleury inclusive – este, aliás, consta que foi vítima do mesmo início do fim do regime militar, posto que sua morte, em 1979, tem forte cheiro de queima de arquivo.

O Flamengo, com a Máquina Tricolor emperrada depois do bicampeonato carioca em 75 e 76 e após o título do bravíssimo e qualificado Vasco de 77, construiu certa hegemonia em seu terreno: ganhou os campeonatos de 78, 79 (o regular) e 79 (o da fusão). Faltava um título nacional, galardão que só o Vasco tinha entre os times do Rio de Janeiro, ganho em 1974 por um time combativo e muito valente, liderado pelo ainda muito jovem Roberto – este ensaio que celebra Reinaldo não hesita em apontar, de passagem, que ninguém fez mais gols na história dos campeonatos brasileiros que Roberto. O campeonato de 1980 era ideal para o Flamengo ultrapassar as fronteiras cariocas e fluminenses. Longe, muito longe de mim supor que o Flamengo venceu de forma desonesta. Não. Aquele time do Leblon era extraordinário, tinha muitos craques e pouquíssimos pontos fracos. Mas o segundo jogo da final, naquele domingo de junho de 1980...

Em sua participação no capítulo do programa “Jogos para sempre” dedicado à partida, Reinaldo lembrou-se da precária, quase impeditiva, condição física com que entrou no gramado do Maracanã. Seu joelho sempre fora seu calcanhar (passe a confusão óssea) de Aquiles, sua fraqueza, a plebeidade de sua realeza, a

humanidade de sua deidade, e provocava uma lancinante dor no craque, que só jogava à base de infiltrações analgésicas de eficácia parcial. Mesmo assim, Reinaldo fez dois gols, empatando duas vezes o jogo, e o Atlético jogava pelo empate, em virtude da vantagem obtida no jogo de ida (1 a 0 no Mineirão, dias antes, gol dele, claro). Pouco depois dos 35 do segundo tempo, aconteceria o espantoso gol de Nunes, o 3 a 2 para o Flamengo, naquela jogada que envolveu drible, audácia, sorte e um cálculo mal feito por João Leite. Entre o gol do centroavante rubro-negro e os últimos três apitos, nada. Por que? Porque Reinaldo não estava em campo; tinha sido expulso, de maneira flagrantemente injusta, pelo árbitro José de Assis Aragão, que não se furtou a movimentos teatrais na exibição do cretino cartão vermelho ao lírico homem-gol.

Em resumo, só foi possível parar um Reinaldo em pleno sacrifício tirando-o do jogo, deixando seu ótimo time com um a menos. Festa nas arquibancadas do Maracanã e em muitas partes do Rio e do Brasil, Palácio do Planalto inclusive. Reinaldo disse, no programa, uma frase que ecoa em mim desde que a ouvi, e que recolho como epítome desta reflexão. É mais ou menos isso: “Aquele jogo não acabou. Ainda vou fazer o terceiro gol.” Essa frase de Reinaldo abre um território fecundo para se pensar a temporalidade que o futebol permite, entendendo que o jogo não se resume às partidas em que se opera, especialmente em nível profissional, mas avança para muito além delas, ou melhor, fá-las ser mais que elas mesmas, sem que o sejam. Esses jogos, pensando bem, quiçá não se tornem exatamente mais que eles mesmos: o que eles provocam, e os transforma, é uma interseção problemática entre memória e imagem, presente e passado, mas um passado com vocação de continuidade – como soem ser os passados relevantes, obviamente.

Penso mais detidamente no que seja essa interseção problemática entre memória e imagem, no caso imagem técnica, de acordo com a terminologia de Vilém Flusser – imagem fotográfica e televisiva, às quais se poderia acrescentar, atualmente, a imagem digital. As imagens técnicas desse jogo, sobretudo os registros dos gols e de outros momentos fortes, ajudam aqueles noventa e poucos minutos a ser “para sempre”, e fazem-no indicando uma face daquele tempo, que, por um lado, apesar da sua permanência, não é mais este. Um exemplo disso são os uniformes dos

dois times, especialmente um aspecto: ainda não havia patrocínio nas camisas. Vivíamos os últimos momentos em que era proibido que os clubes estampassem marcas nos uniformes. Pode-se fazer disso muitas leituras, inclusive uma rodriguiana, romântica. Fato é que, na altura, apenas o escudo do clube se mostrava na parte da frente da camisa, e, na de trás, o número do jogador.

“El tiempo es la sustancia de que estoy hecho”. Uma face de sermos o tempo é a nostalgia, que, por sua vez, produz belezas e também puros fetiches, bem à feição de um capitalismo que surfa em quase qualquer bonde. Entre esses fetiches, está uma já duradoura onda retrô, cujo braço mais evidente no mercado do futebol é a produção de réplicas de uniformes como os da final de 1980, como se fosse possível a quem torce e consome comprar o tempo vivido e passado, ou, no caso de gente mais jovem, o tempo não vivido, apenas visto. E visto pelas imagens técnicas, sobretudo, a partir, ao menos, dos anos de 1970, da televisão. Os uniformes sem patrocínios se juntam a outros detalhes visualmente marcantes, desde a aglomeração na beirada do campo perto do fim do jogo, mal hábito já não cultivado nos grandes campeonatos, até os goleiros segurando a bola com as mãos em lances de recuo. Essas coisas desapareceram do futebol, contudo permanecem em nosso imaginário precisamente pelas imagens de um tempo passado e irrecuperável. Pode-se também pensar em algo que se tensiona com a ausência de patrocínio nas camisas, que é a abundância, já perfeitamente normalizada na altura, de placas de publicidade em torno do gramado, como se isso anunciasse a conspurcação dos fardamentos. Não é casual que, no final da década de 1970, estivesse fartamente consolidada a crítica feroz a uma mercantilização do futebol que pode fazer (fez?) desse jogo, de acordo com alertas mais ou menos apocalípticos, mais ou menos lúcidos, uma mercadoria entre tantas num mundo em que tudo é mercadoria, até mesmo nossos princípios éticos, nossa atenção, nossos desejos.

No entanto, não é nisso que me quero deter, mas no que chamei de interseção problemática entre memória e imagem. Paro um bocadinho num momento da extraordinária investigação de Susan Sontag sobre fotografia; em diálogo aberto com Feuerbach e Barthes, escreve a ensaísta estadunidense:

(...) as imagens que desfrutam uma autoridade quase ilimitada em uma sociedade moderna são sobretudo imagens fotográficas; e o alcance dessa

autoridade decorre das propriedades peculiares das imagens tiradas por câmeras.

Tais imagens são de fato capazes de usurpar a realidade porque, antes de tudo, uma foto não é apenas uma imagem (como uma pintura é uma imagem), uma interpretação do real; é também um vestígio, algo diretamente decalcado do real, como uma pegada ou uma máscara mortuária.³

Notar a existência dessa autoridade permitiu ao Barthes que Sontag leu, o de *A câmara clara*, cogitar a relação umbilical entre fotografia e morte – algo semelhante se dá, penso, com a televisão, nomeadamente em gravações de muito tempo atrás. As imagens daquele jogo, estejam na tevê, nas revistas ou nos jornais, realmente são vestígios decalcados do real, pegadas, signos, sem dúvida, da morte, pois gritam um passado cheio de marcas irrecuperáveis, senão pelo fetiche. Mas ainda gozam da autoridade da imagem-registro, essa que captura, com um grau de fidelidade que a naturaliza, a história como ela é, ou se supõe que seja. Em grande medida, para quem não viveu aquele 1 de junho de 1980, a memória da partida são as imagens técnicas que a fixaram, e essas imagens são etiquetadas, porventura assombradas, pelo tempo de sua feitura. Esse é um ponto importante na temporalidade contínua, porque constante, e descontínua, porque lotada de certo tempo histórico, promovida pela fotografia e pela televisão: um de seus traços lúgubres tem a ver diretamente com tecnologia, pois a passagem do tempo marca a precariedade tecnológica dos registros antigos – mas essa precariedade é vista pela perspectiva hodierna de progresso, pois, na altura, nem seria preciso dizer, as câmeras e microfones disponíveis eram vanguarda em sua área.

Portanto, rever a final da Taça de Ouro de 1980 em videoteipe é percebê-la como passado perfeito, irrecuperável em sua antiguidade e situada num específico lugar do tempo, cheia de marcas que já não nos pertencem – os uniformes, as placas, a qualidade da imagem e tudo o mais. Na interseção com a memória, a imagem é índice da passagem do tempo, que será, nesse caso, um tempo histórico, técnico e tecnológico, mas um tempo que realmente passa e não fica, tampouco volta, como a água de um rio que sempre caminha para o mar. Appreciar esse conjunto de problemas me auxilia a compreender de maneira mais cuidadosa a famosa frase que

³ SONTAG. *Sobre fotografia*, p. 170.

Nelson Rodrigues atirou numa mesa-redonda televisiva: o videoteipe é burro. Lendo-a com cuidado, afastando-a do pitoresco que marcava o escritor e que, por vezes, se voltava contra ele, a frase, em primeiro lugar, suspeita do privilégio da imagem técnica sobre qualquer outra maneira de olhar. Criticar o VT, além disso, é resistir a uma lembrança que se alimente tão somente do registro tecnológico, entendendo que, se o teipe é burro, muita coisa que não é o teipe é inteligente – a criatividade da memória, a capacidade de transpormos o passado para o presente (e o futuro), a potência libertadora de alterarmos o tempo enquanto ele nos devora, de modificarmos o fogo que nos consome enquanto nos vemos ao espelho como esse mesmo fogo etc. O que não sabia Nelson é que o videoteipe ficaria cada vez mais burro, porque mais arrogante, autoritário e totalitário, com o passar dos anos e o aumento de câmeras em torno do jogo.⁴

“El tiempo es un río que me arrebata, pero yo soy el río”, todavia. O outro lado da interseção que venho tentando explorar é o que se situa na memória não mediada por imagens, ou seja, no recuperar, por quem viveu, daquela tarde de domingo, e essa é uma experiência dotada de vocação contemporânea. Escrevo isto pensando em um troca-troca entre mudança e continuidade, entendendo-o com a ajuda de Bergson, segundo quem,

[s]e nossa existência fosse composta por estados separados cuja síntese tivesse que ser feita por um “eu” impassível, não haveria duração para nós. Pois um eu que não muda, não dura, e um estado psicológico que permanece idêntico a si mesmo enquanto não é substituído pelo estado seguinte tampouco dura. Se a mudança é contínua em nós e contínua também nas coisas, em compensação, para que a mudança ininterrupta que cada um de nós chama “eu” possa agir sobre a mudança ininterrupta que chamamos “coisa”, é preciso que essas duas mudanças se encontrem, uma com relação à outra.⁵

A ideia de *duração* é central no pensamento bergsoniano. Para o filósofo, durar não exclui mudar, pelo contrário, durar prevê e implica mudar. Há aí uma

⁴ Se o dramaturgo tricolor tivesse vivido para ver o VAR, entraria em desespero. Não vem ao caso o estúpido refrão de gente como João Havelange, segundo o qual a graça do futebol passa pelos erros de arbitragem. Não passa. O problema é mais sutil, mais, digamos, teórico. O olho que vê o vídeo é o mesmo que viu o lance. Claro, a repetição pode ajudar, mas pode também atrapalhar. Em lances de contato, por exemplo, a câmera lenta é um enorme prejuízo, o que hoje passa completamente despercebido, pois os replays são apenas em câmera lenta. Fato é que o VAR é, à sua maneira, mais burro que o videoteipe convencional.

⁵ BERGSON. *O pensamento e o movente*, p. 168.

tensão, claro, posto que a duração poderia pressupor manutenção, conservação, enquanto a mudança altera, transforma. Mas o que dura, enquanto dura, se altera, criando uma espécie de tempo viável, possível, em que se encontram a mudança da coisa e a mudança dessa entidade chamada eu – esse é um tempo que produz sentido, propício, por excelência. É nessa esquina temporal, não necessariamente cronológica, pois, repito, propícia (e Cronos, famélico, não se preocupa com a propriedade), que se encontra a memória, entidade de dupla face: ao mesmo tempo, recuperação do passado e criação do passado, ou melhor, tentativa de estabilização do vivido e percepção de que o vivido, porque dura, se modifica. Nesse sentido, todo memorável é duradouro, e nunca de modo estático, mas no fluxo (desejante, por que não?) da sua duração alterante, ou de suas alterações duráveis, durantes. Se quiséssemos brincar com o texto de Borges, poderíamos dizer que não apenas o tempo é substância, rio, tigre e fogo, coisas que também somos, mas a memória, em sua duração formal (artistotelicamente falando), vagante, felina e ígnea, é, outrossim, tudo isso.

Ainda Bergson: “quanto à vida psicológica, tal como se desenrola por sob os símbolos que a recobrem, percebe-se sem dificuldade que o tempo é o tecido mesmo de que ela é feita. Não há, aliás, tecido mais resistente nem mais substancial. Pois nossa duração não é um instante que substitui um instante (...)”,⁶ mas um tecido quase inconsútil, ainda que áspero. Sim, “el tempo es la sustância de que estoy hecho”, e é essa verdadeira declaração borgiana, feita aqui refrão que sustenta este texto. O tempo tece nossa vida psicológica, é matéria e forma, e é, ele próprio, a pura duração. Lendo Bergson, lembro-me de um poema central na lírica camoniana, que me ensina a entender como a duração convive com a mudança: “Mudam-se os tempo, mudam-se as vontades,/ Muda-se o ser, muda-se a confiança;/ Todo o mundo é composto de mudança,/ Tomando sempre novas qualidades”.⁷ Durar mudando, ou mudar durando: esse o pressuposto do tempo, e de nossa relação com ele. O terceiro verso citado me ajuda a ver a “mudança” como parte da substância de que somos feitos – não apenas as pessoas humanas, mas o mundo –, portanto como parte do tempo. A mudança, enfim, é um material mesmo da nossa composição, tão

⁶ BERGSON. *A evolução criadora*, p. 5.

⁷ CAMÕES. *Rimas*, p. 162.

literal como os ossos. Não há mudança fora do tempo. Nem nós. Nem as extremas parábolas desenhadas pelos mais belos gols.

Agora medito sobre uma face da memória que, além de recuperar e criar as vivências passadas, vive-as também como presentes. Já me referi ao passado perfeito que nos chega através das imagens televisivas de junho de 1980 – passado nem tão perfeito assim, aliás, pois mesmo as imagens duram, e o jogo continua sendo o jogo etc.; além disso, é um pouco estranho, num sentido que a cultura bebeu de Freud, ver imagens antigas, o que as impede de uma completa perfeição (com o perdão da redundância). A memória, contudo, ao contrário das imagens, sente aquela tarde de domingo contemporaneamente. Não que se esqueça de que o tempo passou, pois não se esquece, nem poderia. Mas, ao se lembrar daquele momento, daquelas horas, experimenta-as como quem ainda as vive, como se estivessem afetando a pessoa de hoje, não a de ontem – só há a pessoa de hoje, é claro. Lembrar de uma experiência marcante já passada é senti-la com o coração do presente; portanto, as marcas são puro hoje, sendo ontem: eis a duração. No mesmo poema camoniano, não é estranho que leiamos: “Do mal ficam as mágoas na lembrança,/ E do bem, se algum houve, as saudades”.⁸ É que o bem passado se nos mostra como perda não perdida, porque, salvo exceções, não temos direito ao pleno esquecimento. Pelo mesmo motivo, as marcas do mal se mantêm, indelévels, em caráter “pessoal e intransferível”.⁹

Quem sente, portanto, são os nervos do agora. Quando penso na minha própria experiência daquela final de Taça de Ouro, é como se só pudesse vivê-la como sou hoje. Não houve televisionamento ao vivo para o Rio de Janeiro. Restava-me o rádio. Não tenho certeza de que emissora sintonizei, talvez a rádio Nacional, que ainda respirava na altura – mas pode ter sido a Globo, pois algo em mim associa aquele jogo à voz de Waldir Amaral. Noto que uma cilada se avizinhou desta escrita:

⁸ CAMÕES. *Rimas*, p. 162.

⁹ Uso a frase feita, neste contexto camoniano, pensando numa cena do filme *São Paulo, sociedade anônima*, escrito e dirigido por Luiz Sergio Person, em 1965. A personagem Hilda, vivida por Ana Esmeralda, pouco antes de se suicidar, faz um monólogo (há um interlocutor, mas de ouvidos moucos), de vocação existencialista, sobre a impossibilidade de o contentamento amoroso ser longo. Nessa fala, a expressão “pessoal e intransferível”, repetida várias vezes, como um dilacerante eco, indica a impossibilidade de apagarmos as experiências, de recusarmos, no presente, o passado.

as últimas linhas, ao contrário de indicar um presente duradouro, *durante*, conspiram por um passado perfeito – a lembrança capenga, a Nacional, o locutor que já partiu e hoje é nome de logradouro bem perto do estádio do Maracanã. Caio em contradição? Talvez não, porque intuo que o fato incontornável de a lembrança ser capenga é mais uma tangência entre lembrado e vivido, passado e presente: há pouca coisa menos dominadora, dominante, que nossa relação com quem nós somos agora, com onde estamos, com o que nos cerca. É por essas e outras que pensamentos como o de Judith Butler insistem na necessidade de que haja relação para que haja reconhecimento, e de que haja reconhecimento para que se componha o que podemos saber, dizer, entender de nós – e, conseqüentemente, nos relatarmos enquanto vozes e temas de nossas falas, que são nossas, mas nunca cobrem inteiramente o espaço, em grande medida ficcional, das nossas existências enquanto autorrelato.

Quando eu me lembro de ouvir aquele jogo, a imagem que me captura é a da área de serviço do apartamento onde eu morava. Foi lá que ouvi o segundo gol do Reinaldo. Ao procurar a exata hora da escuta do tento, o que sinto é o eu de agora escutando o gol de empate do Atlético, que poderia ter sido o gol do título – deveria ter sido o gol do título. Horas depois, veria na tevê o cruzamento de Éder e a explosiva conclusão do camisa 9 atleticano, lance de reflexo e oportunismo. Na altura do gol, contudo, só ecoava em meus ouvidos a voz da narração e o silêncio por trás do grito protocolar radiofônico. Aquela instante, para mim, que não era, não sou, atleticano, mas já amava o jogo e reconhecia, numa infância nem tão solar, a beleza daquele jogador contundido que derrotava uma multidão infrene e imodesta, não acaba.

Após anunciar que faria o terceiro gol num jogo que já terminou mas é infinito, Reinaldo sorriu. Ele sorriu novamente nas tribunas do desfigurado Mineirão pós-2014, assistindo ao Atlético ser campeão brasileiro em 2021 – redondamente, se pensarmos, não no ótimo desempenho do time, mas nos 50 anos desde 1971. Pensei imediatamente em 1980 quando vi Hulk comemorar seus gols contra o Fluminense, na 36ª rodada, não imitando o super-herói torturado que lhe concede o apelido, mas erguendo o punho cerrado, numa homenagem declarada ao maior centroavante atleticano de todos os tempos. O título de 2021 não tem um gol icônico

como o de Dario, mas os de Hulk, na virada contra o tricolor carioca, são mais ou menos um encontro em 80 e 71.¹⁰

Deixando Dario e 1971 nos seus devidos panteões, se eu considerar de novo o aspecto político que sempre cerca o futebol, cogitarei outra ponte entre os tempos históricos de Reinaldo e o de Hulk. Nos anos de 1970, começo dos 1980, erguer o punho protestava contra o regime (civil-)militar e lembrava os Black Panthers, acima de tudo em seu combate antirracista. Agora, ainda que ninguém tenha falado nisso na imprensa (e sabemos como é a nossa imprensa), tem certo gostinho antibolsonarista erguer o punho num estádio de futebol – e com antibolsonarista quero dizer antifascista, entendendo o fascismo num sentido lato.¹¹ A homenagem de Hulk a Reinaldo pode ter duas recepções: por um lado, ser situada, especialmente por uma imprensa que tem mais medo de política que de lobisomem, como uma mera deferência de um jogador em atividade a um craque do passado. Por outro, a volta do gesto de Reinaldo, para olhos que saibam ler um bocadinho, repõe na mesa a possibilidade de o gramado ser um espaço de protesto. Ainda que não tenha formulado tudo isso, Hulk, em virtude do ambiente em que atua, precisou de alguma coragem para levantar o braço daquele jeito, neste momento e neste país, cujos braços andam meio atrofiados.

Durando, *durante*, o tempo daquele jogo que já tem mais de 40 anos, participe dos tempos de muitas vidas, é ainda o presente, mesmo que não mais o seja. Será também o futuro, pois, se Reinaldo fez, através do punho fechado de Hulk, seu terceiro gol em 2021, tornando o Atlético campeão brasileiro e o Flamengo seu vice, podemos esperar outros gols do Rei – naquele ou noutra jogo, contra aquela ou esta tirania, com quantas pernas os maus juízes, os zagueiros invejosos e os generalecos (ou milicos menos estrelados) dos trópicos deixarem o craque ter.

¹⁰ Uma nota, apenas, por uma questão de justiça: os dois gols de Keno que viraram o placar contra o Bahia, no jogo do título, na 37ª rodada, coroam um desempenho do camisa 11 que Reinaldo não se envergonharia de chamar de seu.

¹¹ Num jogo de começos de Campeonato Carioca, com jogadores reservas nas duas formações, o Fluminense venceu o Flamengo por 1 a 0, em 14 de março de 2021. O gol foi marcado por Igor Julião, lateral tricolor, que comemorou, diante das arquibancadas vazias do Maracanã, erguendo o punho. Sem necessariamente remeter a Reinaldo, mas perfazendo um gesto claramente antifascista, Julião fez o Rei reaparecer no palco da final de 1980.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **A câmara clara** – nota sobre a fotografia. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BERGSON, Henri. **O pensamento e o movente**. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BORGES, Jorge Luis. Nueva refutación del tiempo. In. **Obras completas**. Barcelona: Emecé, 1996, p. 135-149.

BIOY CASARES, Adolfo; BORGES, Jorge Luis. Esse est percipi. In. BORGES, Jorge Luis. **Obras completas en colaboración**. 4. ed. Barcelona: Emecé, 1997. p. 360-362.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo** – crítica da violência ética. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CAMÕES, Luís de. **Rimas**. Ed. Álvaro J. da Costa Pimpão. Coimbra: Almedina, 2005.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa-preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

* * *

Recebido para publicação em: 22 mar. 2021.
Aprovado em: 17 out. 2021.